

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
CURSO: LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS
AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS

JUANILCE MARLEM DE OLIVEIRA RODRIGUES

A “SUTILEZA” DO RACISMO NO CONSUMO E REJEIÇÃO DOS CORPOS DAS
MULHERES NEGRAS

São Luís - MA

2022

JUANILCE MARLEM DE OLIVEIRA RODRIGUES

A “SUTILEZA” DO RACISMO NO CONSUMO E REJEIÇÃO DOS CORPOS DAS
MULHERES NEGRAS

Trabalho apresentado ao curso Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito básico para conclusão curso.

Orientadora: Prof. Ma. Claudimar Alves Durans

São Luís - MA

2022

JUANILCE MARLEM DE OLIVEIRA RODRIGUES

A “SUTILEZA” DO RACISMO NO CONSUMO E REJEIÇÃO DOS CORPOS DAS
MULHERES NEGRAS

Trabalho apresentado ao curso Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito básico para conclusão do curso.

Orientadora: Prof. Ma. Claudimar Alves Durans

Aprovada em: 02 de agosto de 2022.

Banca Examinadora

Ma. Claudimar Durans
(orientadora)

Profa Ma. Maria da Guia Viana
Examinador 1

Profa Dra. Tatiane Silva Sales
Examinador

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rodrigues, Juanilce Marlem de Oliveira.

A "sutileza" do racismo no consumo e rejeição dos corpos das
mulheres negras / Juanilce Marlem de Oliveira Rodrigues. - 2022.
53 f.

Orientador(a): Claudimar Alves Durans.

Monografia (Graduação) - Curso de Estudos Africanos e Afro-
brasileiros, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Controle dos corpos. 2. Movimentos sociais. 3. Mulheres
negras. 4. Preterimento. 5. Sexualidade. I. Durans, Claudimar Alves.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

Geralmente, as pessoas têm a tendência de agradecer muitas vezes aos outros suas conquistas, não que seja errado, mas acabam esquecendo que um o principal foi feito por ela. Que passou dias pensando, chorando, se desesperando e procurando a melhor maneira de fazer. E com isso, essa monografia de alguma forma é um relato sobre mim. De quantas vezes deixei priorizar outras pessoas, outras tarefas, em consequência, esqueci de mim. E ao escrever, me deparei com situações tão íntimas, que dificultou com que eu prosseguisse, tive travas, bloqueios e novamente choros. Ser preterida é como uma flecha que atravessa o peito e dilacera todos os órgãos vitais lentamente e dolorosamente tanto que você perde a capacidade novamente de seguir. Conceição Evaristo, autora que tenho enorme admiração, diz que “sua escrita é contaminada pela condição de mulher negra.”, assim que vejo a minha. Narrativas experienciais, que desnuda meu ser, me fazendo refleti muito e me leva ao autoconhecimento.

Agradeço à minha mãe, mulher negra que tem enfrentado assim como as demais barreiras, sendo desacreditada a sua capacidade intelectual, mas tem mostrado um preparado, um posicionamento político e social que inspiram a todos. Ao meu pai, homem trabalhador que não mede esforço para contribuir na aprendizagem dos seus filhos, que me ensinou a não desistir, a continuar persistindo.

Às minhas irmãs que são demais, palavras são poucas para dizer o quando eu as admiro. Flávia com seu jeito "meigo", prestativo e criativo; Wlly com a fibra, a maternidade e força; Jacy com a inteligência, resiliência e juventude. Aos meus sobrinhos, Malu e João que sinceramente são meus portos seguros. Que me fazem seguir em frente e querer conquistar mais e mais. Amo tanto vocês.

Aos meus amigos, Thamy, Josi e Kleber que incentivaram de diferentes maneiras a não desistir. Ficando conversando altas horas, tentando compreender os escritos ou dando dicas para melhorar o texto ou mandando memes para alegrar meu dia. À minha bebê, Luna que tem sido minha companheira tão fiel e importante nesses dias tensos. Seu carinho me conforta, seus latidos me estressam, mas que gosta de estar comigo. Ela sabe quando preciso ser abraçada.

Meus avós, Joana, Joanita e Chico que demonstram amor sem mesmo falar. As mulheres presentes na família que são resistência, coragem e determinação. A todos que de alguma forma direta ou indireta emanaram positividade para que essa etapa fosse concluída.

À minha orientadora Claudimar que desempenhou um papel incrível de escuta, compreendendo minhas limitações, incentivando minha escrita. Mulher que tenho enorme admiração, um dos motivos de escolhê-la para contribuir nesse processo discursivo. Aos meus mestres que tenho enorme respeito pelas contribuições acadêmicas e pessoais. Vocês não têm ideia da representatividade intelectual e pessoal que tem na vida das pessoas.

Agradeço à todas e todos por existir e permitir que eu faça parte, nem que seja um pouquinho da vida de vocês. Espero ser luz e transcender.

“Minha escrita é contaminada
pela condição de mulher negra”.

Conceição Evaristo

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar como os discursos de controle dos corpos das mulheres, especialmente, da mulher negra, que foram produzidos por um sistema hegemônico escravagista, patriarcal e heteronormativo. Discursivamente, as concepções dominadoras foram inseridas nos espaços sociais provocando exclusão, invisibilidade e silenciamento de determinados grupos, como mulheres, negras, indígenas e lgbtqi+. Nesse sentido, a construção do escrito teve o processo metodológico composto de pesquisa bibliográfica analítica com referencial teórico construído por intelectuais femininas, em sua maioria negra (Lélia Gonzales; Bell Hook; Conceição Evaristo; Ângela Davis; Sueli Carneiro) que recuperam e permitem a releitura da história. A pesquisa estrutura-se em dois capítulos: primeiro capítulo aborda os reflexos da escravização da população negra brasileira e a representação social da mulher negra e o segundo capítulo intitulado o corpo sobre controle. O resultado da escavidão objetivou esse corpo tornando suscetível a distintas formas de violências, físicas, simbólicas e materiais. Destituída de sexualidade, a mulher negra foi estereotipada e subjugada por meio de concepções racistas e sexistas. Portanto, as políticas públicas não são as únicas alternativas para diminuir as desigualdades sociais, as redes de apoio familiar ou não podem contribuir na construção identitária e no fortalecimento pessoal e coletivo.

Palavras-chave: Controle dos corpos; Movimentos sociais; Mulheres Negras; Preterimento; Sexualidade.

ABSTRACT

This research was analyzed as the discourses of control of women's bodies, especially of black women, which were discursive by a hegemonic slave-holding, patriarchal system. Discursively, as conceptions of women inserted in social spaces that cause exclusion, invisibility of specific groups, such as black, indigenous and lgbt qia+. Meaning, the construction of the writing had the methodological process composed of analytical research with theoretical framework built by female intellectuals, mostly black (Lélia Gonzales; Bell Hook; Conceição Evaristo; Ângela Davis; Sueli Carneiro) who recover and allow a rereading of history. A research is structured in two chapters: chapter deals with the reflexes of the enslavement of the Brazilian black population and a social representation of black women, and the second chapter titled first the body under control. The result is that body becoming susceptible to violence, physical forms of slavery distinct and material. Deprived of sexuality, the black woman was stereotyped and subjugated through racist and sexist conceptions. Therefore, as public policies are not the only alternatives to reduce social inequalities, as family support networks or they cannot contribute to identity construction and personal and collective strengthening.

Keywords: Control of the bodies; Social movements; Black women; Prejudice; Sexuality.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | OS REFLEXOS DA ESCRAVIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NEGRA | 14 |
| 2.1 | Racismo à brasileira | 17 |
| 2.2 | A cor do afeto: violência e solidão da mulher negra no Brasil | 22 |
| 3 | O CORPO SOBRE CONTROLE | 27 |
| 3.1 | Mulheres contra o patriarcado: corpos individuais e/ou coletivo | 31 |
| 3.2 | Objetificação dos corpos | 37 |
| 3.3 | Corpo e sexualidade | 43 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 49 |
| | REFERÊNCIAS | 51 |

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos no Brasil, diversos grupos têm sofrido com o processo de exclusão e invisibilidade e uma das respostas é a construção histórica vivenciada, através de concepções escravista que têm dificultado o acesso aos espaços sociais marcadamente racializado. Outro aspecto, é o discurso conservador predominante que impõe, na maioria das vezes, uma ideologia controladora cheia de mecanismos de repressão, silenciando os sujeitos e estabelecendo padrões a ser seguidos.

O patriarcado influencia as relações comportamentais das mulheres, considerando-as seres subjugados que precisam de proteção, assim, consegue controlar seus corpos, moldando-os da maneira que bem entender. Mas estamos vendo uma tomada de consciência, que embora seja a passos lentos é muito significativa e de grande relevância trazendo para as mulheres uma autonomia e liberdade de pensar e construir conhecimentos científicos e empíricos a respeito do seu corpo e da sua sexualidade. A naturalização de sistemas discriminatórios, intensifica ainda mais a desvalorização da mulher negra por sofrer dupla opressão: racial e gênero colocando-a na base da pirâmide social.

O racismo estabelece uma hierarquização, sendo um processo excludente baseado na raça, cor, descendência, origem ou etnia do indivíduo e se apresenta de diferentes formas, destacamos aqui o estrutural e institucional. Assim, a população negra notoriamente tem seus direitos cerceados por esse sistema tanto na economia, política, instituições, quanto em diversos outros espaços em que sua ação anula esse grupo e o conduz a abismos sociais profundos. Embora houve criminalização como inafiançável em 1989, descrito na Constituição de 1988, vários mecanismos legais são utilizados para fugir dessa situação. Dessa forma, a formulação e aplicabilidade das leis fortaleceria as lutas, diminuindo sua prática para não incidência de novos casos.

No imaginário social, os homens sentem-se superiores as mulheres, desprezando qualquer experiência colaborativa, isto pode ser percebido nas produções literárias, nas instituições políticas, além da demonstração de poder no controle dos seus corpos e entre outras situações de dominação. A participação as mulheres na desconstrução dessas narrativas contribuem para o enfraquecimento dessa concepção, proporcionando novas estratégias de garantia de direitos e equidade social. As mulheres não precisam se aliar ao patriarcado para melhorar economicamente seu status social, unidas podem ser revolucionárias na realização

de uma mudança social. No entanto, uma conscientização crítica faz-se necessária, das práticas sexistas reproduzidas ao longo do tempo.

Vale ressaltar que cada mulher apresenta especificidade, tornando-se única e plural. Entender que nem todas as injustiças chegam de forma igual, é um reconhecimento desse corpo em toda sua existência. A partir desse fundamento, destacamos mulher negra também é múltipla, com desejos, vontades e anseios diferentes que atendam suas necessidades. É importante compreender que a solidão e sexualidade desse grupo de mulheres são histórica e socialmente baseados no princípio de uma moral cristã, pensada e escrita por homens brancos para normatização e regulação corpórea, objetivando e transformando em mercadoria a ser consumida e logo em seguida, sofrer rejeição por não ser o ideal de mulher.

A necessidade de entender todo o processo de controle de corpos, preconceitos, indiferença com o outro, potencializa ainda mais a desmistificar conceitos para promoção de uma visão libertária de estigmas produzidos pelos papéis sociais e sexuais. Diversos dispositivos legais têm contribuído para o acesso e permanência de pessoas aos espaços, minimizando as desigualdades sociais, políticas, sexuais e raciais. A importância que a escola exerce para o processo formativo dos sujeitos, é uma possibilidade de colocar em pauta questões da sociedade para a discussão das relações políticas, econômicas, religiosas, sexuais, culturais, entre outras que são estabelecidas, respeitando as diferentes opiniões, mas buscando formas de levar a uma análise crítica dos processos vivenciados pela população brasileira.

A experiência que a mulher negra vivencia, é intensificada por um dos três marcadores sociais: raça, classe e sexo. Diante disso, seu corpo passa por diversos processos cruéis de violências e ao olhar esse sujeito, em sua maioria pobre, reflete a resistência em meio ao esquecimento governamental buscando garantia de sobrevivência individual e/ou coletiva. Desta forma, eu, Juanilce Marlem de Oliveira Rodrigues, filha de Maria de Nazaré Marques de Oliveira, mulher negra, pobre e natural de Cururupu – Maranhão, estudei sempre em escolas públicas e fui atravessada por esses marcadores sociais que moldaram minha trajetória de vida e questionamentos foram surgindo para compreender como as relações sociais foram construídas. No curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, abriu um leque de novas possibilidades de entender esses processos excludentes e durante as disciplinas ofertadas fui direcionada ainda mais para a temática de mulheres negras, com isso trabalhar e discutir esse assunto, era falar sobre meu corpo e como era socialmente visto. E ao longo do escrito, veremos a percepção de práticas discriminatórias sofridas cotidianamente, quando por conveniência a mulher negra era vista, em forma de desejo, objeto, prazer e por outro lado,

era silenciada nas falas, preteridas nas relações afetivas e/ou amorosas, e em espaços de poder, totalmente invisibilizada. Ao compreender como todo esse processo foi construído, permite um olhar mais empático para os indivíduos que são atravessados por toda essa dinâmica excludente.

Desse modo, a presente pesquisatitularizada, A “sutileza” do racismo no consumo e rejeição dos corpos das mulheres negras, objetiva analisar como os discursos de controle dos corpos das mulheres, especialmente, da mulher negra, foram produzidos por um sistema hegemônico escravagista, patriarcal e heteronormativo. Os objetivos específicos buscam: identificar a ação do racismo nas relações afetivas que possibilita o preterimento das mulheres negras na sociedade brasileira; reconhecer os dispositivos que regulamentam o corpo feminino, tornando-o objeto de consumo e rejeição, além disso, compreender a sexualidade como processo histórico, construída por múltiplos discursos normativos e reguladores. O termo sutileza utilizado do título da pesquisa no dicionário significa “leve”, “pequeno”, “brando”, palavras tímidas sem tanto impacto, mas ao utilizar entre aspas muda completamente o sentido da frase, evidenciando que a ação do racismo é perceptível tanto estruturalmente quanto institucionalmente.

Nesse sentido, construímos esta pesquisa tendo o processo metodológico composto de pesquisa bibliográfica analítica com referencial teórico construído por intelectuais negras, em sua maioria (Lélia Gonzalez; Bell Hooks; Conceição Evaristo; Ângela Davis; Sueli Carneiro), que analisam e discutem a sexualidade e os corpos das mulheres negras no sistema patriarcal heteronormativo. Assim, diversas problemáticas surgiram a fim de explicar o porquê o corpo e a sexualidade das mulheres negras continuam sendo controlados e rejeitados pela sociedade. Ao longo de leituras e análises das diversas literaturas produzidas pelas autoras que discutem sexualidade, movimentos de mulheres, corpo e solidão demonstram a naturalidade que tais assuntos deveriam ser abordados em todos os ambientes, pois além de ser natural, são concepções que influenciaram comportamentos culturais e históricos.

Este escrito estrutura-se em quatro capítulos. Tendo introdução, considerações finais, o primeiro capítulo abordando os reflexos da escravização da população negra brasileira e a representação social da mulher negra, demonstrando como ocorreu a desumanização do corpo negro, reduzido a objetos por meio de violências físicas, psicológicas e simbólicas que são perpetuadas e naturalizadas através de práticas discriminatórias, subdividido em dois tópicos: o racismo à brasileira; a cor do afeto, violência e solidão da mulher negra. Tais ações

geram sequelas nas relações afetivas, sexuais e amorosas, em especial no preterimento da mulher negra.

O segundo capítulo, intitulado O corpo sobre controle, mostrando que o sistema patriarcal continua controlando os corpos das mulheres através de discursos midiáticos que disseminam a submissão e obediência. Ele é fragmentado em três tópicos: mulheres contra o patriarcado, corpos individuais e/ou coletivos; objetificação dos corpos; corpo e sexualidade. A naturalização do estupro, dos abusos sexuais, físicos e psicológicos, do processo de objetificação do corpo que são praticados frequentemente, e enfatiza as ações dos movimentos de mulheres no enfrentamento de padrões sexistas

2 OS REFLEXOS DA ESCRAVIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NEGRA

A escravidão no Brasil foi um período que durou quase quatro séculos, gerando graves consequências que penduram até hoje. Os povos africanos foram distribuídos de forma descomunal em diversos territórios do mundo como indivíduos considerados “sem alma”, com a contribuição da Igreja Católica que apresentava poder religioso, ideológico e político e por esse motivo a escravidão não foi questionada, por se tratar de um desígnio divino. Esse fato é importante salientar, porque veremos como os corpos foram e continuam sendo controlados pela igreja e por mais que os séculos tenham se passado, a influência continua se perpetuando, ainda mais quando se refere ao corpo feminino.

O tráfico de africanos mobilizou um número significativo de pessoas, sendo um negócio altamente lucrativo não somente para os comerciantes, mas para toda grade econômica da época que de forma direta ou indiretamente foram favorecidos com a exploração realizada. “Ambos os lados do Atlântico se beneficiaram com o traslado de mais de 11 milhões de africanos para a América entre o século XVI e XIX” (AMARAL, 2010, p.11). E durante esse percurso muitos africanos não conseguiram sobreviver aos processos violentos de apresamento, embarque e a travessia nos navios negreiros também conhecidos como tumbeiros (devido o número elevado de mortes) que duravam meses e eram superlotados, para se ter ideia uma das estratégias usadas era diminuição da quantidade de alimentos para inserir ainda mais pessoas.

Com o intuito no povoamento e colonização do território brasileiro, foram enviados mais de 4 milhões de africanos, embora esse número seja inconclusivo porque muitos estudiosos dizem que pode ter sido muito mais, na qual desempenharam diferentes funções e apresentavam uma bagagem cultural de grande relevância na agricultura, mineração, linguística, religiosidade e culinária (AMARAL, 2010, p.11).

Vale salientar, que não somente os africanos contribuíram nesse processo econômico e cultural, mas também os indígenas que sofreram tanto ou na verdade até mais devido o extermínio de diversos grupos étnicos pelo “branco civilizador”.

A coisificação do africano juridicamente possibilitou a desumanização e uma estratégia de dominação se tratando de uma ideologia senhorial, não dos escravizados que apresentava relações afetivas (constituíram família, valorizavam o grau de parentesco), religiosas (culto aos deuses) e lutas por melhores condições de vida por não se conformar com

a escravidão. Essa subalternização permitia a doação, venda, troca, legado nos testemunhos e partilhas desses indivíduos, além disso, destituídos de usufruir qualquer direito como testemunhar em processos judiciais, não podiam possuir e legar bens.

O termo “coisa” para designar indivíduos que foram forçados a sair de sua terra natal para ser explorado de forma implacável possibilitou uma certa naturalidade de usar esses corpos da maneira que desejassem, fisicamente, moralmente, sexualmente e psicologicamente, tanto os homens quanto as mulheres.

Ao caracterizar a função da escrava no sistema produtivo (prestação de bens e serviços) da sociedade escravocrata, Heleieth Saffioti mostra sua articulação com a prestação de serviços sexuais. E por aí, ela ressalta que a mulher negra acabou por se converter no “instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar” (1976, p. 165). Isto porque, o senhor acabava por assumir posições antieconômicas, determinadas por sua postura sexual; como houvesse negros que disputavam com ele no terreno do amor, partia para a apelação, ou seja, a tortura e a venda dos concorrentes. (Gonzalez, 1984, p. 230)

A leitura feita pelos brancos a respeito da mulher negra a objetifica e a torna como posse usufruindo seu corpo, mas esse uso não se dá apenas por eles e sim qualquer homem em posição de poder apresentava uma certa permissividade, além das mulheres brancas que sentia uma repulsa pelo desejo que os outros possuíssem a esse corpo. E conseqüentemente, a mulher negra era alvo direto de olhares, de desejo sexual, de violência física e psicológica, vinganças e punições emitidas por homens e mulheres, assim a sociedade brasileira foi formada através do estupro de mulheres africanas, negras e indígenas resultando no processo de crueldade, a miscigenação racial.

A violência física era uma das maneiras de controle dos corpos e da mente dos escravizados e qualquer forma de desobediência era refletido em punições como exemplo para reafirmação do poder senhorial, além dela os passos eram vigiados na tentativa monitorar as atividades e movimentos que eram realizados. Alguns dos escravizadas(os) apresentavam uma mobilidade para desempenhar diversas funções como transporte e venda de alimentos, trabalhavam embarcados e tinha o “negro de ganho” uma modalidade de exploração de trabalho escravo.

Mas, é necessário também pensar nas lutas que foram travadas contra o colonialismo cada vez mais dominante no mundo, no qual existiram diversas formas resistências não somente individual, mas especialmente coletiva como os quilombos ou mocambos, locais que os escravizados(os) se agrupavam para escapar de toda crueldade e exploração. A partir disso, os escravocratas começaram a pressionar o governo em busca de manutenção desse sistema

econômico e social, garantindo o poder diante dos escravizados(os) e perpetuando culturalmente a escravidão.

Os mecanismos de resistências foram dos mais diversos, mesmo que as(os) escravizadas(os) obtivessem origem de lugares distintos da África, apresentassem cultura e línguas diferentes, não foram empecilhos para formarem grupos e lutarem por melhores condições de vida. Roubo, suicídios, abortos e sabotagens foram alguns desses mecanismos, embora nem sempre são descritos nas narrativas. Além deles, as maneiras mais comuns eram as diretas como as fugas e formação de quilombos e/ou as culturais como a constituição de famílias e a cultura de matriz africana.

Alguns dispositivos foram criados legalmente, mas com muita pressão de alguns países, dos abolicionistas e dos próprios escravizadas(os) por meio de revoltas e dos mecanismos de resistências. Dentre eles houve a aprovação gradual de diversas leis: Lei Eusébio de Queirós – 1850 (proibição do Tráfico de escravos), a Lei do Ventre Livre - 1871 (os filhos das escravas que nascessem a partir da presente data da lei estariam livres), Lei Sexagenário - 1885 (garantia liberdade aos escravos com idade acima de 60 anos) e por último a Lei Áurea – 1888 (extinção da escravidão no Brasil).

É importante salientar que a Lei Áurea ao ser assinada libertou apenas 10% dos escravizados, significa dizem que a grande maioria já estava livre. Infelizmente ainda permanece discursos referente a “grande libertadora”, querendo evidenciar o 13 de maio de 1888, mas não foi engolido pela negritude e só é lembrado por aquelas(es) que perpetuam seu poder através de um passado escravagista.

A população negra foi largada à própria sorte, nem a Constituição de 1888 garantiram ações políticas, sociais e econômicas. Apenas com a Constituição Federal de 1988 houve o reconhecimento da existência dos quilombos e a garantia ao direito à terra, mas isso não significava que esses grupos estariam com estabilidade territorial para desenvolver suas atividades e nem com acesso aos recursos naturais, pois seus territórios eram restritos e cercados pela ação de terceiros ou por impactos ambientais causados pela mineração, hidrelétricas e madeireiras.

O estado brasileiro de maneira sistemática excluiu a população negra ao acesso à educação, do direito à cidadania e entrada no mercado de trabalho. Fatores esses, que atualmente distância as(os) negras(os) das(os) brancas(os) tanto economicamente e como

socialmente, estabelecendo uma hierarquização, ou na verdade uma leitura dos indivíduos que devem ter acesso a direitos e que podem usufruí-los.

2.1 Racismo à brasileira

O Brasil foi construído a base do sofrimento e genocídio dos povos indígenas e africanos resultando em processos de desigualdades, exclusões e invisibilidades. Basta olhar para as favelas, os presídios e as pessoas que são mortas diariamente no país, estes constituintes evidenciam ainda mais como a escravidão promoveu o racismo, a intolerância religiosa e discrepância no nível de escolaridade.

É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria por um longo tempo a sociedade brasileira porque não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem política, econômica e socialmente os recém-libertos. Na base dessa contradição perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos: a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos (CARNEIRO, 2011, p. 15)

“Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto” (GONZALEZ, 1984, p. 226).

O problema no Brasil é racial, mas não há o reconhecimento oficial e as políticas públicas implementadas não são suficientes e eficientes para combater a discriminação e preconceito racial. A desigualdade racial no país apresenta características específicas dificultando a inserção social das negras e negros nas diversas áreas com probabilidade baixíssima de competir em igualdade com o branco. E quando um consegue o inimaginável na visão da branquitude, o discurso da meritocracia entra em ação, mas sabemos que é uma verdadeira falácia que foi construída para promover que todas(as) temos mesmos direitos e acessos a qualquer espaço, manifestados com aqueles ditados “basta querer”, “se ele conseguiu você também pode”.

Vem dos tempos da escravidão a manipulação da identidade do negro de pele clara como paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano; acreditava-se que todo negro de pele escura deveria perseguir diferentes mecanismos de embranquecimento. Aqui, aprendemos a não saber o que somos e, sobretudo, o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser ‘promovido’ socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam (CARNEIRO, 2011, p. 64).

O racismo aprisiona imagens fixas e estereotipadas da negra(o) sem abrir a possibilidade de perceber a complexidade, individualidade e diversidade. Com isso, cria-se dispositivos para eliminar esse corpo indesejável que é oprimido, discriminado e explorado de todas as formas como as represálias policiais. Para se ter ideia, a cada 23 minutos um jovem negro é morto, dado extremamente chocante e que acende um alerta diante da omissão do governo para essa matança indiscriminada.

Movimentos de pessoas negras há anos debatem o racismo como uma estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e abismos. O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de um indivíduo (RIBEIRO, 2019, p. 06).

A intelectual Sueli Carneiro (2011, p. 80, apud Jurandir Freire Costa, 1986, p. 104), afirma que, “ser negro é ser violentado de forma constante, continua e cruel, sem pausa para repouso por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e a dor de recusar e anular a presença do corpo negro”. Esse processo de pertencimento de lugar permite a assimilação de identidade externas a suas ou na verdade uma adaptação para não sofrer tanto com os discursos e ações racistas.

Assim a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social (SOUSA, 1983, p. 19).

Nitidamente observamos o enquadramento que a sociedade faz ao corpo negro, encaixotando e reduzindo-o a objeto, que podem ou não ser usados de acordo com sua necessidade egocêntrica, capitalista e de poder. Cada ação é perceptível na vivência, quando ao fazer uma simples compra no shopping se torna um dilema porque automaticamente seu corpo é identificado e marcado como não pertencente aquele lugar, e para frisar esse não pertencimento, é enviado um “agente” para monitorar seus passos nos mínimos detalhes. E esse, é apenas um dos exemplos de situações em que negro não tem um espaço onde possa usufruir sua liberdade sem os olhares dos opressores.

Os espaços sociais são demarcados hoje pelo resultado do passado escravagista legalizado e estruturado em sistema social e econômico que possibilitou a permanência do poder de determinados grupos e com isso outros continuam sendo silenciados e invisibilizados em diversos aspectos como na produção do conhecimento, nos poderes

governamentais (legislativo, executivo e judiciário), nas gestões universitárias e cargos eclesiásticos.

“[...] a definição de raça como uma construção social implica a denúncia da existência e atuação de um sistema complexo de hierarquização social que utiliza características biológicas específicas como marcadores de diferenças e desigualdades hierárquicas entre grupos humanos, sistema este denominado racismo” (WERNECK, 2010, p. 16).

Quando Sueli Carneiro afirma que a pobreza tem cor, podemos evidenciar ao olharmos nas periferias, nas favelas e nas ruas e avenidas (moradores) quem são os corpos que “pertencem a esse lugar”. Ela ainda fala da existência de dois Brasis, um da elite e o outro da classe esquecida. E esse esquecimento aparentemente proposital dessa classe mostra a verdadeira face ou na verdade escancara o racismo e o projeto eliminação desses corpos porque não são inseridos nesses lugares políticas sociais ocasionado desemprego, fome, doenças e evasões escolares.

O racismo esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo ideal identificatório do negro converte-se, dessa maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro onde seu corpo e identidade negros, deverão desaparecer. (SOUSA, 1983, p. 05)

Um fato muito importante que em 2003, o Ministério do Trabalho divulgou o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, isso significa dizer que ainda existem pessoas exercendo trabalhos análogos a escravidão e isso infelizmente continua sendo um retrato do país que trata os indivíduos de maneira desigual, cruel e desumano resultado do sistema escravocrata. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), um aparato racialmente, demonstra a disparidade socioeconômica entre os brancos e os negros reafirmando os privilégios e poder de determinada classe de um país colonial.

Todo processo de escravidão contribuiu muito para uma invisibilidade dos negros na sociedade e várias medidas estão sendo conquistadas através de muitas lutas de forma individual e principalmente coletiva. O Movimento Negro vem lutando constantemente para a inserção da(a) negra(o) nas diversas áreas que eram embranquecidas e na promoção de políticas públicas eficientes como as políticas de ações afirmativas que permitiu a entrada nas universidades, além da implementação da lei 11.645/2008 nas escolas de todo o Brasil.

Dessa forma, a ascensão social continua sendo uma tarefa árdua que vem perpetuando ao longo do tempo, conquistada por renúncias culturais, religiosas e individuais. As posições típicas de trabalho revelam o lugar imposto para a população negra no sistema de classe

evidenciando a manutenção de um passado escravista. A meritocracia camufla a desigualdade econômica, social e cultural, normalizando o comportamento individual como referência e padronizando os sujeitos em uma única narrativa, “o negro de alma branca”, trazendo assim uma mobilidade social nos espaços majoritariamente branco.

O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de seus valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de ‘torna-se gente’ (SOUSA, 1983, p. 18).

Ao negar o passado e o presente, a identidade passa a vagar pelo imaginário construído através da idealização da figura representativa, a branca. No qual, abdica-se de si, da cultura e da religiosidade, caminhando para o embranquecimento ideológico e cultural. Por mais que essa seja a realidade de muitos negros, o processo para ser aceito, mas não é a regra.

A representação da(o) negro(o) introjetada no imaginário da sociedade associado ao papel de submisso, inferior, subalterno e diferente enquanto o branco tem lugar de referência do ideal a ser seguido. O mito do negro construído não apenas exclui dos lugares, mas também faz negar-se a si mesmo, enquadrando em padrões estabelecidos pela branquitude e assimilando os valores ideológicos e culturais.

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (SOUSA, 1983, p. 77).

O processo de afirmação da identidade negra tomou nuances mais sólidas por todo o aspecto histórico e cultural. A cultura apresenta valores e significações pela diversidade de experiências dos povos, carregando consigo individualidade, coletividade, bagagens ancestrais e um sistema de representações. Essas representações como o corpo e o cabelo são símbolos identitários dos homens e mulheres negras, trazendo memórias e ressignificando a identidade negra.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros (GOMES, 2003, p. 171).

Complexa, instável e plural como elucida Nilma Gomes (2003), a identidade negra estabelece dimensões pessoais e sociais, ambas interligadas e sendo construídas gradativamente na família, primeiro espaço de aprendizagem e em seguida espalhando pelos

outros espaços sociais. O agrupamento das experiências pode moldar o indivíduo de forma positiva ou negativa. Muitos dos espaços que são frequentados podem trazer consequências traumatizantes como a escola. Assim, que o sistema opressor quis, ou na verdade quer que acreditemos. Mas entender que a escola é um espaço de desconstrução de estereótipos possibilita compreender e criar estratégias que promovam igualdade e o reconhecimento de sua história e a aprender a história do outro por entender que esse ambiente tem experiências diferentes e únicas.

A perversidade do racismo é tão grande que nem as crianças escapam das práticas discriminatórias que destrói a autoestima e deixando sequelas severas e duradouras. As “brincadeiras” na escola são as mais marcantes nessa questão. Assim, compreender a complexidade na qual a construção da identidade negra está inserida, sobretudo quando levamos em consideração a corporeidade e a estética, é uma das tarefas e desafios colocados para os educadores (GOMES, 2003, p. 172). Destarte, a escola é essencial no combate a tais ferramentas segregadoras pois possibilita a discussão dos conceitos que historicamente são perpetuados em todos os âmbitos sociais e culturais, mas não é a única, por isso é preciso entender a dinâmica das relações baseadas na pluralidade dos espaços de poder e transmissão de conhecimento científico ou não. Muitas atitudes são produzidas por falta de informação ou reproduzidas devido o contexto histórico e social vivenciado pelos sujeitos.

Para combater ações de discriminação, preconceito, racismo, machismo, sexismo e estereótipos é necessário compreender quem são os sujeitos privilegiados e se estes estão dispostos a abrir mão e contribuir para uma sociedade mais igualitária, por mais que seja uma tarefa difícil, a educação entra em ação com uma visão transformadora que visa mostrar que as ferramentas segregadoras existem porque um grupo minoritário é beneficiado e na verdade foi construído a relação de poder para ele. Esse território plural favorece a manifestação das relações de poder presente na sociedade por meio de experiências e narrativas dos indivíduos por isso, é necessário usar de maneira benéfica e sensibilizadora.

Todas as pautas devem ser trabalhadas na escola porque sabemos que ela produz e reproduz práticas discriminatórias como afirma Guacira Louro (2014, p. 62), “A escola delimita espaços. Servindo-se de códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas [...]. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos”.

A representatividade passa a construir uma nova narrativa de história de afirmação e o empoderamento abre caminhos diversos para quem antes foi negado sua humanidade. Os movimentos sociais, grupos de cultura negra e comunidades de terreiro são espaços significativos de resistência e existência individual e coletiva, resgatando a ancestralidade e história da população negra. É tão fascinante observar como essa nova leitura do belo perpassa padrões estabelecidos pela classe dominante, desmistificando conceitos ideológicos e rompendo branqueamento social e cultural.

2.2 A cor do afeto: violência e solidão da mulher negra no Brasil

Não tem como dimensionar as duas formas opressoras vivenciadas pelas mulheres negras: racismo e sexismo. Por um lado, mulheres brancas que invisibiliza as dores, cala a voz e focaliza os holofotes para si e, por outro lado, homens negros que silencia as falas, objetifica os corpos e rejeita as relações afetivas, amorosas.

Ao utilizar algumas palavras, a exclusão da mulher negra se torna evidente. Ao tratar de mulher negra, a única que prevalece é a mulher branca e quando se fala de negro, o homem negro entra em cena. A opressão caminha com esse sujeito mesmo que queira se aliar a um movimento (feminista ou negro) que resultará em ataques e críticas, com isso inquietações surgem submetidas pelas estruturas racistas e sexistas.

Uma das marcas do racismo é corpo da mulher negra, quando não apresentado de maneira submissa o temos como uma fortaleza construída em que tudo suporta. Dois processos cruéis que aprisiona no imaginário um estereótipo negativo que minimiza toda e qualquer emoção vivenciada, desumanizando e animalizando esse corpo.

O corpo feminino negro é marcado histórico e culturalmente por resquícios escravagista, passivo de posse e submissão, que carrega sequelas irreversíveis nas relações afetivas, emocionais, pessoais e sociais, impossibilitando muitas vezes a formação subjetiva. De acordo com Bell Hooks (2020, p. 167), “o racismo não impede homens negros de absorverem a mesma socialização sexista em que os homens brancos são mergulhados”.

Como aponta Djamila Ribeiro (2019, p. 43),

Dados do Censo 2010 mostram que as mulheres negras são as que menos se casam e, entre as com mais de cinquenta anos, elas são maioria na categoria “celibato definitivo”, ou seja, que nunca viveram com um cônjuge. Obviamente não pretendemos sugerir se e com quem as pessoas devem se relacionar. A questão é revelar os processos históricos que fazem com que as mulheres negras, sobretudo as retintas, sejam sistematicamente preteridas, como se não fossem dignas de serem

amadas. É preciso questionar padrões estéticos que desumanizam as mulheres negras.

A regulação das preferências afetivas dos sujeitos torna preterida e favorável a mulher negra, com união tardia, ausência de parceiros fixos, relações casuais, índice de celibato, situações corriqueiras que acabam contribuindo para a materialização e internalização de práticas discriminatórias ao negar a si e ao outro.

Uma autora que fala de solidão da mulher negra sem mesmo citar o termo, é Conceição Evaristo, sua narrativa é marcada de experiências pessoais ou não, que vão adentrando em nuances bem particulares de mulheres, em sua maioria, que carregam sentimento de pertencimento, de dores, de angústias, uma realidade da população brasileira. Suas narrativas são a demonstração de possibilidades de sobrevivência de um corpo violentado diariamente pelo aparato estatal, abrange concepções emocionais, afetivas e sexuais. Algumas narrativas são muito emblemáticas como Ponciá Vivêncio (2003), Becos da memória (2006), Insubmissas lágrimas de mulheres (2011), Olhos d'água (2014), e História de leves enganos e parecenças (2016). Nos contos, percebem-se situações corriqueiras de solidão e solidão de diversas mulheres negras e no seu livro Insubmissas lágrimas de mulheres (2011) é bem presente:

Ninguém por perto para socorrer o meu filho e a mim – Aramides Florença (p. 17)

Solitária, aprendera quase tudo por si mesma, desde o pentear dos cabelos até os mais difíceis exercícios de matemática, assim como se cuidar no período dos íntimos sangramentos – Natalina Soledad (p. 21).

O casal sempre mais ausente que presente. Cresci sozinha. Das coisas de mulheres, o sangue que perdemos, quando me aconteceu pela primeira vez, a moça que me ensinou a leitura também tive explicação – Maria do Rosário Imaculada dos Santos (p. 48)

Mas como pintar a concretude da solidão de uma mulher? Como pintar a concretude da soledad humana -Mary Benedita (p. 77)

Tenho vivido muito sozinha [...] há muito tempo tenho tido desejos de falar para alguém esse episódio de minha vida – Lia Gabriel. (p. 95)

Os discursos literários de Conceição Evaristo, evidenciam vivências reais e criadas composta de discussões da relação de gênero com os marcadores sociais, sexo e raça. Sua “escrevivência” como ela designou carrega valores ancestrais, pessoais e históricos.

A ação do racismo é tão pesada que o corpo negro passou por um processo de limpeza corporal, cultural e social. O primeiro processo intensifica que para pertencer ou na verdade estar na sociedade precisa estar limpo e mesmo assim, não anula a pele negra das mazelas sociais, na qual existe uma padronização do belo, ao qual o corpo negro não se enquadra.

Assim, os padrões de relacionamentos são mulheres brancas e algumas pardas de pele clara, dignas de casamento e relacionamentos estáveis. Segundo Ribeiro (2019, p.41-42)

Ao afirmar que “nós carregamos a marca”, Luiza Bairos exemplifica bem a ultrassexualização dos corpos negros femininos, que faz com que a imagem das mulheres negras seja vista sob o prisma da exotização. Luiza denunciou de forma obstinada a violência mascarada pelo mito da democracia racial. Ou pior que mascarada: a “marca”, em vez de ser problematizada, é vista como um elogio da beleza negra.

A permissividade estabelecida pelo sistema colonial, retira a humanidade da mulher negra, sem poder de escolha tanto do controle do corpo quanto das relações que poderiam ser construídas, ignorando seus desejos, anseios e sentimentos porque não tinha ou tem o direito de escolher com que se relacionar, qualquer sujeito de poder estava ou está autorizado a violar seu corpo sem nenhum pudor. Essa prática de permissão de toques, importunações, principalmente de mulheres retintas criado pelo imaginário social reduz esse corpo a objetos e exotização.

A objetificação da mulher coloca em um patamar de consumo corporal, sujeita a violações emocionais, físicas e sexuais, ao mesmo tempo existe uma rejeição colonial submetendo-a ao preterimento de si e do outro. É evidente que o desrespeito vivenciado pelas mulheres negras, lésbicas, trans e indígenas que passam pelo não reconhecimento das suas existências, invisibilizando suas narrativas e trajetórias por meio de um sistema excludente e hierárquico.

A solidão não se experimenta apenas nas relações afetiva amorosa, ela se faz presente em diversos espaços como na família, nas amizades, nas igrejas, permeando corpos invisíveis e cheios de vivência, muitas vezes traumáticas.

No artigo “Brancas para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”, de Ana Cláudia Pacheco (2008), evidencia o sujeito que é digno de receber ou não amor e como está enraizado socialmente os espaços que determinados grupos devem estar. Ao entrevistar algumas mulheres, utilizou o recorte de raça, classe e idade porque muitos artigos e matérias não abordavam esses termos para discutir solidão. Segundo a autora

Falar de afetividade, de escolhas, de solidão é colocar em xeque (desmontar) os sistemas de preferências que prescindem a ideia de brasilidade, posto que as mulheres negras aparecem como corpos sexuados e racializados, não afetivos, na construção da Nação. Daí a ocultação da “cor/raça” nos discursos sobre a “solidão” entre mulheres na Bahia, na matéria da revista citada (p. 16).

Ao classificar essas mulheres em ativistas ou não, demonstra que não existe uma unicidade desse grupo e da importância de entender a especificidade e complexidade dos seres não reduzido a estereótipos coloniais.

“Saber-se negra, é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetidas a exigências, comprometida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se suas potencialidades” (SOUSA, 1983, p. 17).

Mesmo “tornando-se gente”, o negro e a negra como enfatiza Neuza Santos, ao ascender socialmente, paga um preço muito alto, branqueando suas relações sociais, políticas e culturais, afastando de sua ancestralidade, na esperança de aceitação, acaba reproduzindo práticas discriminatórias contra sua própria raça. Esse processo de assimilação direciona a uma naturalização das relações sociais, apontada por Claudete Souza (2008, p. 46), “a situação brasileira contemporânea o mercado matrimonial, onde constata-se o preterimento da mulher negra pelo homem negro, tem raízes históricas fundantes no modelo poligíneo africano”.

Essa autora na sua dissertação “solidão da mulher negra”, traz uma abordagem na dimensão afetivo-sexual através de entrevistas e análise de literaturas e dados do preterimento da mulher negra na sociedade brasileira. E nas suas discussões uma “possibilidade que explicaria essa escolha seria de ascensão social, projetado nessa relação, que faria o homem negro decidir-se pela mulher branca (p. 72). E tanto o homem negro teria duas possibilidades de se relacionar com a mulher branca, deixando a mulher negra fora do mercado afetivo, mas inserida no mercado do sexo. Nascimento (1990) nessa mesma linha, concorda que “há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida”.

O feminismo mesmo com sua pluralidade, acaba focalizando determinados grupos, destacado por Pacheco (2008, p 15), que

As reivindicações das negras não estavam em consonância com os projetos políticos de emancipação do feminismo; havia um desencontro histórico entre ambos [...]. Enquanto algumas correntes do feminismo criticavam o casamento formal, a constituição de família, as mulheres negras falavam de “solidão” e da ausência de parceiros fixos, denunciando, assim, o racismo e o sexismo.

Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso (HOOKS, 2022).

É sobre o ato de amar e ser amada que as representações elaboradas a respeito do corpo da negra/mestiça se alojam as hierarquias sociais prescritas em que se

estruturam suas escolhas e sua afetividade. É, tentando desafiar as hierarquias sociais, que as teorias dos feminismos negros nos possibilitam entender como certas realidades e sistemas classificatórios de mundo são modificados e repensados nas várias experiências das mulheres (PACHECO, 2008, p. 16).

De acordo com Nascimento (1990), existe uma limitação nas relações das mulheres negras,

Desse modo, ou permanece solidária, ou liga – se a alternativas, onde os laços de dominação possam ser afrouxados. Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento, (desde a mulher mestiça até à branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida.

Por mais que exista vários sentidos de solidão, determinados indivíduos são atravessados por uma imposição social determinado como citado pela autora a forma de como viver a vida, mas também ela chama a atenção que “quanto mais a mulher negra se especializa profissionalmente numa sociedade desse tipo, mais ela é levada a individualizar-se” (1900). A modernidade influencia para essa nova perspectiva de vida, que pode ser vista por dois olhares: liberdade ou solidão. Nem todas as pessoas estão prontas para mulheres fortes e decididas, impondo barreiras, até mesmo no ato de se relacionar afetivamente.

A normalidade do corpo torna o outro como posse, e sobretudo, anula sua dignidade ao ponto de negar-se, adoecendo socioemocionalmente, com isso a recusa de novos relacionamentos se torna constante como uma forma de proteção da integridade e do psicológico buscando uma ressignificação de solitude na política, na religião, nos estudos e movimentos sociais.

À vista disso, tratar de solidão apenas como sinônimo de abandono, reduz as formas de vivência individual e coletiva do ser. Ser esse que passa pela exclusão através do sistema opressor que é totalmente fiel aos paradigmas colonialistas. A ressignificação da solidão é um processo complexo que permeia a individualidade de cada pessoa, nisso novas relações são estabelecidas e construídas de modo a propiciar qualidade emocional e afetiva.

Bell Hooks (2022) alerta que “o amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas”. Esse amor não precisa se restringir a um ser, já que existe várias formas de amar e ela diz mais “quando nos amamos, desejamos viver plenamente”. Uma experiência pouco vivenciada, mas muito significativa que pode fazer parte do processo de aprendizagem individual ou coletiva dos indivíduos possibilitando a construção de novas relações sociais.

3 O CORPO SOBRE CONTROLE

Na sociedade patriarcal, as mulheres têm que conviver com a relação de dominação dos homens que acreditam na autoridade e no poder que exercem sobre o corpo e pensamento feminino, pois histórica e culturalmente tais processos são perpetuados e enraizados de forma que isso pareça uma verdade absoluta.

O corpo influencia e é influenciado pelo meio em que vive perpassando por constantes mudanças temporais, fazendo parte de microestrutura de poder. A corporeidade desvela o corpo das mais variadas formas passando por fatores históricos e culturais que a todo momento se modifica de acordo com a necessidade temporal.

No período da escravidão, as mulheres negras eram propriedades dos senhores, diante disso, eles exerciam todo poder de controle dos seus corpos, tanto físicos como psicológicos, mas um dos mais gritantes era violência física acarretado devido a escravizada não aceitar a violação do seu corpo. Segundo Bell Hooks (2020), a declaração de Lydia Marie Child, elucida o status social da mulher negra,

A mulher negra está desprotegida tanto pela lei quanto pela opinião pública. Ela é a propriedade de seu senhor, e suas filhas são propriedade dele. A eles é permitido não ter qualquer escrúpulo consciencioso, qualquer senso de vergonha, qualquer consideração ao sentimento do marido, do pai ou da mãe: elas devem ser completamente subservientes à vontade de seu proprietário, sob pena de serem açoitadas até quase a morte, de acordo com o interesse dele, ou até a morte, se atender aos desejos dele (p.54).

Os homens brancos queriam a passividade da escravizada para a aceitar a exploração sexual, mas a resistência era tida como afronte ao sistema e, conseqüentemente, muitas sofriam violências físicas punitivas para servir de exemplo e submissão para aquele que apresenta poder.

Os corpos das mulheres nunca pertenceram a elas, sempre algum poder religioso ou patriarcal usou sua dominância para controlar e padronizar, assimilando assim discursos machistas, sexistas e misóginos. Conseqüentemente, as práticas abortivas continuam sendo crime, previsto no Código Penal desde 1940, um dos instrumentos legais. E com muita luta, os movimentos sociais e feministas contribuíram para ter o direito a interrupção da gravidez legalmente em caso de estupro, anencefalia do feto e risco à vida da mulher, e cada uma dessas situações precisam seguir alguns procedimentos muitas vezes desgastantes e constrangedores porque muitos profissionais invés de orientar, são os julgadores da moral.

Mesmo com os aparatos legais, não a mínima certeza que será cumprido, ainda mais devido os discursos conservadores que têm ganhado força apoiado pelo governo.

A mobilização da sociedade civil em busca de direitos à cidadania aumentou na década de 80, discussão do debate e elaboração de políticas públicas e novas normas referentes ao aborto no período do processo de democratização do país. O movimento feminista tem atuação significativa nesse processo, na mudança de mentalidade e articulações com as instituições, juntamente com a sociedade civil promovendo o fortalecimento da descriminalização do aborto e ampliação das práticas de abortamento no Congresso Nacional por meio de projetos pioneiros, mas que mesmo sendo discutidos, foram rejeitados pela comissão de ética.

O aborto continua sendo um tabu, principalmente para os conservadores e religiosos, ambos com discursos de controle, e geralmente estabelecem relação de poder na decisão final do que dever ser feito no corpo feminino. Por mais que o Sistema Único de Saúde ofereça o aborto legal, procedimento disponível na rede pública no final da década de 1990, mais da metade das mulheres não são atendidas ou são negligenciadas pelo sistema e sendo 94% delas foram vítimas de estupro.

A sociedade brasileira continua naturalizando o estupro, demonstrando ainda mais o controle do homem sobre o corpo feminino que precisa saber como se vestir, portar e falar para não “incentivá-los” a cometer esse crime. Mesmo vestida da cabeça aos pés, a mulher em qualquer idade sofre violações físicas, psicológicas que muitas vezes são irreversíveis.

Nesse ano, dois casos ganharam repercussão midiática, uma menina de 11 anos que foi estuprada e impedida por uma juíza de interromper a gravidez, como se não fosse difícil a situação, ainda foi coagida a ter a criança mesmo correndo o risco de vida, mas felizmente o aborto ocorreu com turbulências e o outro caso de uma adolescente famosa de 21 anos, estuprada e chantageada, primeiramente por quem deveria a proteger e cuidar (clínica médica – enfermeira) e depois por jornalistas abutres que vivem do sofrimento do outro, e sua decisão de doação da criança por meios dos tramites legais causou uma discussão enorme dos conservadores. É importante frisar que a doação não é crime, mas um ato de afeto e amor.

A polarização dos casos gerou discussões massivas de diferentes grupos, de um lado conservadores e religiosos com discursos controladores e extremistas e do outro, feministas e ativistas com ideologias mais libertárias do corpo. E mais uma pergunta surge. Quem deve

ter controle sobre o corpo? Nesse mundo, a mulher continua e continuará lutando bravamente e sem parar para ser acesso ao próprio corpo sem que outro sujeito dite regras de como dever se comportar, portar e vestir. Parece que os passos dados não têm efeito quando tem, uma enxurrada de ideologias leva tudo para seu estado original.

Apesar do aborto clandestino ser um evento que atinge todas as mulheres independente da classe, raça/cor, idade, região e religião quando inseguro (com complicações como infecções e hemorragias graves) se apresenta de forma mais cruel para as mulheres negras e de periferia, pois o risco de morte materna por aborto no Brasil é quase três vezes maior para as mulheres negras que para as mulheres brancas (GOES, 2018).

Assertivamente, Bell Hooks (2022, p 54) enfatiza que “mais mulheres do que nunca estão entrando para as estatísticas de pessoas pobres e indigentes. Sem direito a abortos seguros, baratos ou gratuitos, elas perdem o controle sobre o corpo.

É importante salientar dois aspectos sobre a questão do aborto: classe e raça. O primeiro, a maioria das mulheres são pobres, muitas vezes por não ter conhecimento acabam em clínicas clandestinas ou tomando medicação sem prescrição médica e o segundo aspecto atrelado a pobreza, temos a classificação por raça, na qual as mulheres negras são as mais afetadas devido o resquício da escravidão, ambos os aspectos são negligenciados pelo Estado. Por isso, como afirma Bell Hook (2022, p. 55) “[...] o foco feminista em direitos reprodutivos é necessário para proteger e sustentar nossa liberdade”.

A sociedade distorce os discursos feministas e a usa contra elas mostrando uma outra perspectiva totalmente negativa e errônea. Tem sido comum esse método pelo fato da funcionabilidade apresentada, desacreditando as falas ou introduzindo narrativas manipuladas que são disseminadas pelos meios de comunicação, em especial nas redes sociais resultando para muitas pessoas uma fonte de informação mais confiável que jornais, sites e artigos.

Outra da forma de controle dos corpos é a mídia, manipulando, escravizando e excluindo as mulheres que não se encaixam anulando-as, e em consequência, leva ao isolamento e não aceitação do seu corpo, transportando-as para abismos bem profundos como depressão. E novamente a escravidão deixa sua marca, na padronização do belo e idealização do corpo, que “é branco e europeu, mas o real é negro e mestiço” como enfatiza Nilma Lino Gomes (2003). O processo de rotulação dos sujeitos é evidente, principalmente quando se trata de uma minoria silenciada, Lélia Gonzalez (1984) afirma,

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois

não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (p. 225).

O homem negro e a mulher negra são totalmente eliminados dessa estrutura, mas não apenas eles, os povos amarelos e indígenas sofrem com esse discurso excludente. Recentemente, uma onda de visibilidade vem atravessando esses corpos, colocando em lugares que não eram seus. E surge a seguinte pergunta. Será que esses indivíduos ganharam espaços representativos ou estão sendo meios lucrativos? Não desmerecendo a luta desses povos, que é bem árdua, infelizmente as empresas e instituições não se sensibilizaram com esses corpos, eles buscam mesmo o poder financeiro e nesse caso o sujeito não lido se torna vendável.

Sendo assim, diversos produtos como maquiagens para os não lidos como ideal estão sendo produzidos. A dificuldade que uma mulher negra tinha em encontrar uma base para seu tom de pele era difícil e cansativo, a maioria em tons mais claros, mas não entendiam a existência do colorismo entre as(os) negras(os). Além de outros itens de cosméticos que geralmente se tratava da pele, não fazia o efeito desejável, pois a pele negra apresenta uma pigmentação e oleosidade diferente, além de cabelo que apresenta os mais variados tipos de textura. O público ao procurar esses produtos e não encontrar, fez o mercado entender o poder de compra desses indivíduos como resultado começaram a trabalhar em cima e buscam mecanismos para atender aumentando a representação dos sujeitos antes excluídos.

Agora os discursos são outros, de inclusão, apoio a diversidade e pluralidade das pessoas e dos corpos, mas ao mesmo tempo recheado de interesses financeiros. E essa minoria aumentou significativamente nos espaços midiáticos, mas não de poder porque quem continua nele são pessoas brancas, majoritariamente os homens.

A maioria dos espaços sociais são demarcados por um determinado perfil racial, os poderes executivo, legislativo e judiciário são exemplos bem evidentes na sociedade brasileira. Quando se trata de política demorou muito tempo para as mulheres terem acesso direito de voto que ocorreu em 1932, por meio de muitas lutas. Somente em 2011, um corpo feminino foi eleito e ocupou o maior cargo governamental e em relação ao governo estadual apenas 8 foram eleitas ao cargo. “Atualmente, 53% do eleitorado é representado pelas mulheres, porém menos 15% ocupam os cargos eletivos, uma discrepância gritante” (SENADO, 2022). Geralmente, os lugares ocupados são de segunda ordem, como vice-

governança com poucos ou quase nenhum poder exercido, no entanto, uma crescente mobilização possibilita a visibilidade dessas mulheres com pautas relevantes para a discussão na elaboração de políticas públicas voltadas para elas.

Em relação a raça, a história segue um rumo ainda pior, por mais que Antonieta de Barros, sendo a primeira mulher negra a ser eleita no país em 1934 marcando sua trajetória por romper barreiras de classe, raça e gênero, além de contribuir para a educação brasileira temos uma ruptura ou na verdade um apagamento da mulher negra nesse espaço. “As estruturas políticas dificultam a inserção e permanência da mulher negra por estar presente o machismo e o racismo, resultando em apenas 2,5% no Congresso Nacional (SENADO, 2022).

Entender a dinâmica estabelecida pela sociedade brasileira, na qual a maioria é composta por mulheres e que nos espaços de poder quase não existe representatividade desse sujeito, é perceber o quando a estrutura machista predomina em toda a história do país, percorrendo diversos ambientes e deixando marcas de controle e dominância.

3.1 Mulheres contra o patriarcado: corpos individuais e/ou coletivo

As teorias do patriarcado estabelecem duas concepções: sistema de gênero e apropriação masculina. Permitindo com que exista maior poder nas relações estabelecidas tanto familiar, quanto na política e nas produções de conhecimento científico. Interessante toda a construção histórica que invisibiliza a participação das mulheres na economia, política e na construção as sociedades, colocando apenas como mero coadjuvante.

Segundo Scott (1989. p. 09), “as teorias do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e na explicação “necessidade” do macho dominar as mulheres”. Estabelecendo um “lugar da mulher” na sociedade, do silêncio e sem poder, marcado pelo patriarcado na perpetuação de discursos de dominação ao longo da história.

O patriarcado, um sistema social que privilegia culturalmente, socialmente, economicamente e politicamente o homem branco, cisgênero e heterossexual no controle dos valores e sentidos há muitos anos. A centralidade desse sujeito, joga para escanteio as mulheres, os negros, os LGBTQIA+, considerados “objetos” no processo de hierarquização fundamentada pela opressão, desqualificação e dominação.

O capitalismo fortificou esse sistema sociopolítico reforçando as desigualdades de gênero, raça e classe através de relações de poder - simbólico ou religioso - e domínio em

diversos espaços, silenciando as minorias. Como destaca Azevedo (2016, p. 16), “o sistema patriarcal não trata de relações individuais ou de explicações biológicas para a compreensão da dominação masculina, mas parte de um problema estrutural que se encontra em várias dimensões da vida e nas transformações da história”.

De acordo com Azevedo (2016, p. 17 apud Saffioti 2004)

O patriarcado serve aos interesses da classe dominante, tendo sua base material e social explicitada na divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são responsáveis pelos serviços domésticos e sexuais prestados aos seus companheiros de forma gratuita. O patriarcado trata, portanto, do poder político do homem, onde há graus diferenciados de dominação e exploração sobre as mulheres.

A expansão dessa organização social, a Silvia Walby (1990) classifica o patriarcado em duas óticas: patriarcado privado, contrato matrimonial, participação no lar, onde é controlada por uma figura masculina e patriarcado público, acesso a esfera pública, trabalho assalariado. A mulher passa da esfera da privada, a família para esfera a pública, a instituição, mas manter a relação de dominação estabelecida socialmente. Bem como afirma Bandeira (2006),

O patriarcado, como um sistema de estruturas e de relações sociais no qual os homens também exercem a dominação e a opressão sobre as mulheres, para Walby (1990), repousa em seis importantes estruturas: 1) um modo patriarcal de produção: o trabalho doméstico (reprodução social); 2) as relações patriarcais de trabalho remunerado: o emprego; 3) relações patriarcais no interior das instituições do Estado; 4) a violência masculina; 5) relações patriarcais de sexualidade; e 6) as relações patriarcais no âmbito da cultura. Embora como esferas autônomas, estas interagem umas com as outras, dando lugar a surgimento de desdobramentos nas formas e nas práticas patriarcais, nas quais o patriarcado privado e o patriarcado público acabam por constituírem-se pólos de um mesmo continuum. (p. 02)

Mesmo o conceito do patriarcado mudando ao longo do tempo, o controle e o domínio sobre os corpos permanecem inalterados. O movimento feminista tem lutado e conquistado espaços na política, cargos públicos, nas empresas e instituições, mas mesmo o acesso fora do mundo do lar, não é o suficiente para a igualdade de direitos e deveres. A distorção da função desse movimento faz com muitas pessoas acredite na instauração do matriarcado, na qual as mulheres estariam no poder e na dominação, sujeitando os homens a subordinação.

Na luta por melhores condições de vida, independência financeira e igualdade de direitos, as mulheres por meio de discussões e reflexões saíram da posição de silenciadas para ativas e produtoras de conhecimento. Complexo e ideológico, o movimento feminista surge na Europa, mais precisamente na França e Inglaterra se espalhando para o restante do mundo através de duas vertentes, por um lado o feminismo sufragista (Inglaterra e Estados Unidos)

com características moderadas e reformistas que buscavam igualdade nas leis e por outro lado, o feminismo socialista (Alemanha) atuante e intenso que acreditava em uma sociedade sem classe resultando na extinção das desigualdades sociais.

Muitos estudiosos afirmam que a Revolução Francesa de 1789 com ideais liberais promoveu o surgimento do movimento, embora diversas narrativas demonstraram as opressões sofridas pelas mulheres através da superioridade e dominação dos homens existiam muito antes desse período. Assim, para Costa e Sardenbergo (2008)

A subordinação da mulher, além de ser um fenômeno milenar e universal, constituiu-se, também, na primeira forma de opressão na história da humanidade. Em contraste, o surgimento de uma consciência crítica feminista acerca dessa opressão específica, assim como das lutas pela liberação da mulher, são fenômenos relativamente recentes. Só começam a se esboçar a partir do século XVII, com o raiar da “modernidade”, delineando-se com maior nitidez e amplitude somente nas últimas décadas (p. 23).

Adormecido durante a Primeira Guerra Mundial (sufragistas) e a Guerra Fria (socialistas), o retorno ocorreu gradualmente em 1960 com questionamentos do papel da mulher na sociedade, extinção de desigualdade social, sendo redefinido como Novo feminismo, revolucionário e com transformações mais profundas através da criação de novas estratégias, discussões vivenciadas e reflexões coletivas.

A luta das mulheres no Brasil remete quatro períodos: Colonial (1500 a 1822), marcado pela busca de direito à educação, mercado de trabalho, vida política, direito ao divórcio, essa época era propriedade de algum chefe da família, marido, pai, irmão; Império (1822 a 1889), conquista à educação com escolas separadas e características diferentes das masculinas; República (1889 aos dias atuais), inserção no mercado de trabalho atuando nas greves para a regulamentação da jornada de trabalho e melhores condições, a participação na política tanto o direito ao voto quanto a candidatura em 1928, mas ambas as situações foram anuladas servindo de abertura para novas discussões, e somente em 1946 a conquista foi efetivada, direito ao aborto seguro em 1940, mas com dois critérios, quando a vida da gestante correr perigo e em caso de estupro, a incorporação de outras questões na década de 1960 como acesso aos métodos contraceptivos, a saúde preventiva, igualdade salarial e proteção a mulher contra a violência doméstica e; Contemporaneidade, descriminalização do aborto já que muitos procedimentos são realizados de forma clandestina, além do melhoramento das ações acima citadas.

Ao entender as mulheres como figura social, Nísia Floresta introduziu no país por meio de suas obras, o pensamento feminista, defendendo o direito a educação científica das meninas e despertando a criticidade feminina, e em consequência, sofrendo ataques machistas o que não a intimidou. De acordo com Costa e Sardenbergo (2008)

Desde então, o feminismo no Brasil vem assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle sobre o próprio corpo e gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã (p. 32).

A Constituição Federal de 1988, um instrumento jurídico importantíssimo na luta dos direitos das mulheres, contemplou grande parte das reivindicações solicitadas para implementação de políticas públicas como a determinação da igualdade formal entre homens e mulheres, aumento dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, a definição do princípios da não por sexo, a proibição da discriminação das mulheres no mercado de trabalho, a igualdade de direitos e deveres na sociedade conjugal (constituição de família sem vínculo jurídico) e o estabelecimento de direitos no campo da contracepção (direitos sexuais e reprodutivos). Mesmo com esse instrumento de legalização, não é suficiente para assegurar a equidade de direitos.

Diversos instrumentos legais marcaram a luta das mulheres na conquista de reconhecimento não apenas de cidadã, temos a Constituição de 1934 que definia a igualdade de salários, proibição de trabalhos em locais insalubres e a permissão de descanso pós-parto; a lei 8072/1990 e 8930/1994 que estabelece o estupro e atentado ao pudor como crimes hediondos; a lei 9100/1995 com quotas mínimas de 20% das vagas para candidaturas; e no Código Civil de 2002 a capacidade de registrar o filho sem a presença do pai. (VICENTIN, 2020)

Um outro dispositivo legal muito importante conquistado pelo movimento feminista, foi a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006 com a função de punir as agressões físicas (violência psicológica, patrimonial e sexual) e promover a proteção da mulher. Outra vitória é a lei 13.104/2015, que foi sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff (mandato de 2011 a 2016) classificando em hediondo o crime praticado contra a mulher em relação ao gênero.

O Brasil é considerado um dos países mais desiguais em questão de gênero no mundo, ocupando a 92ª posição, e quando se trata da América Latina e Caribe a situação piora, ficando na 22ª posição entre os 25 países e esse reflexo é o resultado de uma estrutura econômica, política, social e histórica. Os dados em relação a violência contra a mulher continuam cada vez mais alarmantes: por dia 13 mulheres são assassinadas, a cada cinco minutos uma mulher é agredida e no período de 2 horas é vítima de homicídio. A frase proposta em uma campanha contra o feminicídio “quem ama não mata”, não condiz com a realidade vivenciada pelas

mulheres, mortas por um amor, que não é amor e sim controle, posse e poder diante de um corpo que vive em alerta constante (FAHS, 2016).

O feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão. (HOOKS, 2022, p. 17). Essa definição foi utilizada pela autora Bell Hooks no livro *Feminist Theory: From Margin to Center* com o intuito indicar que não é apenas um personagem que produz e reproduz ações sexistas, mas qualquer indivíduo.

Quando o tema feminismo entra em cena, muitos questionamentos e inquietações são abordadas, muitas vezes por distorções sociais manipuladas por conservadores e pela mídia de massa patriarcal que são perpetuados historicamente levando em cheque as ações efetivas do movimento. E esse equívoco desqualifica toda a trajetória de luta, focando apenas em discursos extremistas.

Existia uma diferenciação da dominação masculina em relação às mulheres, enquanto as mulheres brancas realizavam trabalhos destinados a família e obedecia aos pais ou maridos, as mulheres negras serviam de mão de obra escrava tanto doméstico quanto na lavoura. A intelectual Bell Hooks (2020, p. 145) afirma que “quando começou o movimento contemporâneo na direção do feminismo, houve pouco debate sobre o impacto do sexismo no status social de mulheres negras”.

Como aponta Costa e Sardenbergo (2008, p. 24)

Nesse sentido, é preciso lembrar que, pese sua universalidade, a subordinação da mulher não se manifesta da mesma forma, ou no mesmo grau de intensidade, em sociedades, épocas ou classes sociais diferentes. E tampouco é vivenciada, ou percebida, da mesma maneira ou grau de intensidade, mesmo por mulheres em condições histórico-sociais semelhantes.

Esse mesmo questionamento Lélia Gonzalez (2020) também aborda, como no feminismo existe uma especificidade no sujeito que discursa e é ouvido, e nele não cabe a mulher negra.

Para finalizar, gostaríamos de chamar atenção para a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminino em nosso país. A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres etc. etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, conseqüentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. A nosso ver, as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial (p. 47).

Uma pluralidade deve existir, mas sem exclusão de determinados indivíduos porque a igualdade tão sonhada e desejada se torna apenas falácia. Como afirma Bell Hooks (2022, p 23), “[...] Não pode haver algo como “feminismo no poder”, se a noção de poder suscitada for poder adquirido de exploração e opressão de outras pessoas”. Essa dinâmica permite potencializar as construções identitárias não apenas do movimento feminista, mas de toda a estrutura individual e coletiva existente, refletindo as ações conquistadas e problematizando os espaços sociais, econômicos, políticos, religiosos que continuam sendo dominados por homens.

É inegável que o feminismo, como teoria e prática, desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher (GONZALEZ, p. 118).

A passividade e submissão foram usadas por muito tempo para justificar a negação de direitos das mulheres, mas a reeducação delas no movimento, têm possibilitado alcançar voos altíssimos, cheios de representatividade, ativando suas potencialidades para percorrer caminhos e continuar produzindo história de resistências pessoais e coletivas. Contudo, tem muito a fazer e a ocupar para que não ocorra um retrocesso devido a onda conservadora que tem ganhado espaço, disseminando suas ideologias em diferentes meios sociais.

As lutas das mulheres negras foram e são voltadas para a liberdade de ser e existir. No Brasil, o período da escravidão foi cruel e violento para esse sujeito, que mesmo em meio ao caos procurou forças para continuar viva utilizando diversas estratégias de sobrevivência. Dentro das casas dos senhores, mesmo sendo observada a todo momento ficava em alerta e ouvidos abertos para informar os seus de qualquer evento estranho e ameaçador, também em algumas narrativas aborda o envenenamento dos escravagistas. Na lavoura, as ações eram outras, principalmente na luta por condições favoráveis à vida. E na rua, a escrava de ganho por possuir mobilidade social e “autonomia” negociava cartas de liberdade por serviços prestados.

A complexidade de estratégias tem relevância significativa por penetrar nas micro e macroestruturas do sistema escravagista como: o uso de plantas nocivas para evitar ter filhos; ceifar a vida dos bebês como resposta central para não vivenciar a experiência dolorosa da escravidão; a emancipação individual e coletivas (famílias) através da compra de alforrias. A passividade da mulher negra é desconstruída pelas ações ativas de garantias sociais, do direito

a sobrevivência e aos territórios, retirando o papel da invisibilidade através de sua perspicácia e articulação.

Diversos dados historiográficos mostram atuação feminina, como descreve Jurema Werneck (2010, p. 81),

É possível encontrar em diferentes relatos sobre os quilombos no Brasil, ainda que de forma indireta, pistas da participação e liderança femininas em diferentes posições de comando, exemplificados pelas figuras de quilombolas como Aqualtune, Acotirene, Mariana Crioula, entre outras, ou de articulação econômica ou política de resistência.

A mesma autora frisa que,

Com o fim da escravidão e do regime colonial, a luta das mulheres assumiu outras frentes, voltadas para a garantia de participação de negras e negros na sociedade brasileira em condições de equidade. Um exemplo é a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo na década de 30 do século XX, que teve como principal alicerce a ativista Laudelina Campos Melo, que também integrava a Frente Negra Brasileira, organização que visava à integração da população negra à sociedade brasileira pós-escravidão, sendo inclusive uma de suas financiadoras e articuladoras. A centralidade do trabalho doméstico na história econômica do Brasil refere-se ao fato de esta ser a principal profissão até hoje exercida majoritariamente por mulheres negras, num contingente atual de sete milhões de trabalhadoras. O trabalho doméstico teve e tem grande importância para o estabelecimento de condições materiais mínimas de sobrevivência para o grupo negro como um todo, o que dá a dimensão da participação das mulheres negras na vida econômica da população negra e do país (81-82).

Não é recente o ativismo das mulheres negras como observado anteriormente, as lutas e as resistências fazem parte do seu processo histórico através de mobilizações de sobrevivência física, simbólica e cultural. A intelectual Lélia Gonzalez fala de um “feminismo negro” com articulações políticas diferentes, voltadas para o empoderamento e ancestralidade.

Quando Luiza Bairros, aponta “que falta muita coisa para alcançar”, refere-se as vozes femininas que não são ouvidas, as negras e indígenas. A evolução para equidade continua sendo um processo árduo a ser alcançado, mas buscar formulações políticas é um mecanismo de reconstruir uma sociedade justa e igualitária para que genocídios e epistemicídios não destruam a história daqueles que foram silenciados e invisibilizados.

3.2 Objetificação dos corpos

No início da escravidão, a mulher negra não era tão valorizada como mercadoria quanto o homem negro que era mais caro por realizar trabalhos pesados e braçais. Com o tempo, ela passou a ser sujeito ideal para a escravização pelo ato reprodutivo e uma

“obediência tradicional”, isso favoreceu poder absoluto do homem branco por acreditar que não fornecia perigo e resistência, assim os abusos físicos e psicológicos eram constantes. O estupro, tornou-se natural deixando totalmente vulnerável aos caprichos sexuais masculinos, pois a qualquer momento qualquer homem poderia usufruir esse corpo sem objeção. Além de toda a crueldade dos senhores ainda tinham que conviver com os olhares de desprezo das mulheres brancas que maltratava com frequência destruindo a dignidade humana.

Mulheres africanas recebiam a pior parte dessas violências e desse terror em massa, não somente porque poderiam ser vitimadas pela sexualidade, mas também porque eram mais propensas a trabalhar intimamente com a família branca do que os homens negros (HOOKS, 2020, p. 44).

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (OLIVERIRA; PEREIRA, 2021, p.100 apud DAVIS, 2016, p. 20).

As pressões dos senhores causavam terror, o prazer em ver mulheres escravizadas ou até meninas aterrorizadas fazia parte do seu deleite. Totalmente desprotegida em todos os âmbitos legais e sociais, tratada como propriedade, na qual o senhor tem a permissão de usufruir de qualquer maneira desde a exploração sexual ou violências físicas caso não cedesse e as torturas psicológicas. Quando uma mulher aceitava os avanços sexuais, obtinha presente em forma de pagamento e mantinha uma ordem social estabelecida com o aval da lei.

O relato de uma menina escravizada retrata como era a situação de tensão sofrida, segundo Bell Hook (2020, p. 51),

A menina escravizada é criada em uma atmosfera de depravação e medo. O chicote e a conversa fiada do senhor e de seus filhos são seus professores. Quando ela faz 14 anos ou 15 anos, seu proprietário ou os filhos deles, ou o capataz, talvez todos eles começam a suborná-la com presentes. Se isso não os leva a alcançar o objetivo, ela é açoitada ou eles a fazem passar fome até submeter à vontade deles.

Os requentes de crueldade diante desse corpo mostra como uma menina ou uma mulher negra não tinha um minuto de paz, a todo momento vivia em alerta devido os avanços de sujeitos totalmente repugnantes.

A mulher branca observava esse movimento como depravação moral, indo contra os princípios divinos. Para ela, não importava o sofrimento e violência que a escravizada

vivenciava, mas sim finalizar com esse comportamento desonroso e humilhante que insultava sua integridade.

A ativista negra Angela Davis, em um argumento convincente, afirmou que o estupro de mulheres negras escravizadas não era, como outros acadêmicos sugeriram, caso de satisfação de desejo sexual dos homens brancos, mas sim, na realidade, um método de terrorismo institucionalizado que tinha como objetivo desumanizar as negras (HOOKS, 2020, p. 55).

A naturalidade dos escravocratas em satisfazer seu desejo sexual ou na verdade exploração sexual tem resquícios até hoje, objetivando a mulher negra, transformando em mero objeto sexual. E em diversas narrativas, muitos estereótipos foram e são criados para desumanizar esse corpo e fazer com que ele perca a capacidade de acreditar que pode vivenciar as relações afetivas, amorosas e sexuais e ambas as relações devem ser sentidas em todas as suas nuances. Essa desumanização resulta em sujeito que tem lutado para reconstruir sua identidade, ocupar espaços de poder, estabelecer relações sociais e, principalmente o autorreconhecimento.

A destruição da dignidade humana e a retirada da identidade, reduz a existência da mulher negra a apenas a objetos que dever ser estudado e não como autora de conhecimento científico ou não. Felizmente esse lugar está aos poucos sendo abandonado e uma nova história começa a surgir com bases sólidas e recheadas de narrativas, experiências e sentimentos de pertencimento identitáriocarregando uma força ancestral com reafirmação de que ela não está só.

Não tem como negar a ação do racismo ao não reconhecimento do corpo negro tanto nos espaços sociais quanto na produção do conhecimento, mas ao passar de objeto de estudo para sujeito que cria história, nota-se a nova leitura produzida por meio de dinâmicas de resistências e ousadia de discordar do discurso dominante. De acordo com Bairros (2008, p. 142), “armadilha das profissões feministas é um outro ponto, sendo muito difícil identificar entre elas, as que são quase que específicas da mulher negra: servente negra pode, mas professora de curso secundário universitário, não”.

Por mais que o nível de escolaridade da mulher negra tenha aumentado consideravelmente, infelizmente não é o suficiente, permanecendo o processo de seleção racial como pontua Luiza Bairros (2008, p. 143) “as desigualdades raciais na verdade beneficiam as mulheres brancas, sejam elas feministas ou não”. Quanto mais esse corpo alcança novos degraus, mais exigências são solicitadas, contribuindo com a discriminação,

pois a boa aparência como requisito é um mecanismo de exclusão, visto que as candidatas não terão a mínima chance, pela construção de um padrão branco.

Um dos trechos do livro de Bianca Santana (2015), mostra uma narrativa bastante comum vivenciadas pelas mulheres negras pelo processo de objetificação dos seus corpos

Arrebatador. De conversar com uma pessoa uma vez e não ter volta. De querer passar um dia grudada, tentando parecer interessante e prestando muita atenção no que o outro diz, como se não existisse nada mais importante. De que nem perceber quando foi o momento da escolha, aquele clique quando você decide se apaixonar por alguém, em vez de ser forte e deixar passar. Foi assim quando conheci o Stephan. Nem vi e já tinha sido.

Ele tinha pouco tempo em Manaus. Precisava ir a Salvador terminar a pesquisa antes de voltar para a Alemanha. E, para passar mais cindo dias com ele, implorei para resgatar todas as horas extras não remuneradas que havia acumulado no trabalho. Ainda fiquei devendo um dia, que prometi pagar na primeira semana de volta.

[...] Eu estava distraída pela porta quando percebi que o dono do hotel falou comigo. Voltei, educada, pedindo pra ele repetir. “Você quer atender outro gringo enquanto ele está fora?”. Como? O que aquele cara falou? Eu entendi, mas preferia não ter entendido. Soltei um “Como é?” na esperança de que ele percebesse o tamanho da bobagem, do desrespeito e recuasse. Ele ficou tímido, de fato. E se desculpou da pior maneira possível.

“É que mulata bonita assim como você consegue fazer um bom dinheiro com alemão, não é?” Uma parte de mim está naquela recepção até hoje. A outra parte decidiu que jamais ficaria com alguém como o Stephan outra vez (p. 75-78).

A mulher negra deixa a invisibilidade quando seu corpo é considerado erótico e pecaminoso, além de permissivo aos homens brancos, resultado de um passado escravagista que influência no tratamento oferecido com manutenção de práticas machistas e sexistas. A exotificação reforça ainda mais os estereótipos estruturais abrindo brechas para situações constrangedoras, indesejáveis e violentas que muitas vezes são representadas na mídia estimulando ainda mais conceitos racistas.

Ao legitimar e sustentar o discurso de dominação, o homem branco assume o papel em que na disputa da negra ele sempre irá ganhar, pois estar enraizado desde o período da escravidão o controle do corpo da mulher negra por ser considerado inferior tanto em relação a raça, quanto ao seu gênero. Para evidenciar a carga ideológica, Oliveira e Pereira (2021, p.101apud Leitão1988, p. 27) enfatiza, “com isso, vemos na expressão “disputar a nega” a materialização de um discurso sexista e misógino, o qual objetifica e subalterniza a mulher, reduzindo-a ao “status de coisa””.

Os mecanismos discursivos são os mais variados para a reprodução de práticas sociais reguladoras das minorias promovendo uma hierarquização entre os corpos com aspectos ideológicos. No “disputar a nega” temos dois grupos que entra em cena: brancos versus

brancos e brancos versus negros, ambas as situações a coisificação da mulher predominam, na qual são destituídas de vontade sofrendo dupla exploração: papel sexual e trabalhadora produtiva.

Como elucidada Oliveira e Pereira (2021, p.102 apud Sueli Carneiro (1995, p. 546),

É exatamente a prática de abuso sexual que funda o mito da democracia racial no Brasil, pois o “[e]stupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira.

Esse mito da democracia racial muni muitos discursos discriminatórios e de exclusão evidenciando as fronteiras da desigualdade em relação a raça, gênero e classe ou promovendo uma desigualdade inter cruzada. Mesmo que ocorra a diminuição da pobreza, por exemplo, a população negra será a menos beneficiada devido as estruturas sociais e culturais, mais precisamente racistas.

A naturalidade que os indivíduos têm em estereotipar os corpos e enquadrar em espaços objetificados são de uma violação tão grande que causa repulsa e indignação. Quando meninas negras carregam essa bagagem sem mesmo entender, percebe-se como a sociedade rouba sua inocência expondo-a de forma cruel e violenta. Segundo a reportagem de sobre a objetificação dos corpos das meninas negras, Medeiros (2020) aponta

De acordo com a plataforma “Violência contra a mulher em dados”, entre 2011 e 2017, mais de 45% dos casos de abusos sexual registrados no Brasil foram de meninas negras de 0 até 9 anos. No mesmo período, quando analisamos os números referentes às meninas brancas, este percentual cai mais de 7%. O racismo estrutural e a vulnerabilidade social e econômica ajudam a explicar esses dados, mas é preciso discutir também a hipersexualização dos corpos de mulheres negras, inclusive na infância.

Diante desses dados, observa-se a leitura social de crianças negras que desde cedo sofrem os efeitos do racismo atravessando seu corpo no processo de “adultização”, anulando a infância desses indivíduos de um jeito assustador sendo as maiores vítimas de exploração sexual devido estar inserida no contexto social de pobreza e esquecimento do estado.

A fala emblemática de uma entrevistada por Medeiros (2020) demonstra como existe a diferença entre determinados corpos,

O corpo da menina branca é protegido pela inocência enquanto o da negra é considerado sujo. O processo do racismo estrutural na sociedade brasileira rouba cruelmente a essência das meninas negras, e a “adultização” contribui para transgredir a infância, os sonhos e as fantasias infantis.

Essa crueldade específica, escancara a violência que o corpo negro sofre independentemente da idade apresentada sob olhar objetificador utilizada como ferramenta para justificar opiniões machistas. O roubo da inocência destrói a capacidade de acreditar em si, de confiar nas pessoas, de viver sempre em alerta, situações traumatizantes que podem resultar em adultos sem autoestima, depressivos e com dificuldade de se relacionar afetivamente e socialmente.

O cuidado que muitas mães negras demonstram com suas filhas, é porque ao entender a estrutura social e cultural da sociedade brasileira faz com que produza uma bolha de proteção com diversas recomendações sobre o corpo e como se portar em determinados ambientes, pois a forma como é lida socialmente, influencia na reprodução de estigmas de cunho sexual.

Geralmente, o corpo da mulher negra apresenta dois estereótipos, ambos com resquícios escravistas: a empregada doméstica com remuneração baixíssima e submetida às condições de trabalho precários contribuindo para o processo de internalização de subordinação e inferioridade e temos a mulata, um termo totalmente pejorativo que ao ser manipulado pelo sistema capitalista, moderniza o conceito em “produto de exportação”, objetificando o corpo justificado pelo mito da democracia racial.

Pelo exposto, talvez se conclua que a mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou dadas as formas de superexploração e alienação a que está submetida. Mas há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que ela se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa (GONZALEZ, 2020, p. 48).

Muitos discursos são legitimados e disseminados pela classe hegemônica através de uma construção social que estabelece relações desiguais e injustas para os classificados como inferiores, mulheres, negros, negras, indígenas, LGBTQIA+, entre outros. Todos esses corpos são atacados sem hesitação por ideologias massacrantes dos resquícios escravista e patriarcal.

As dinâmicas para a existência não têm sido fáceis, até mesmo ao longo da história o sofrimento foi companhia constante, por isso é importante reconhecer as trajetórias vivenciadas na ocupação e permanência de espaços sociais, políticos e religiosos para que se construa uma nova história onde todos possam ter acesso sem distinção de classe, gênero, idade, sexo, raça. Por mais que pareça distante, mas pode se tornar realidade por meios de ações efetivas de todos.

3.3 Corpo e sexualidade

A normatização do corpo tem contribuições religiosas, estatais e morais que estabelecem limites comportamentais na sociedade, com isso a liberdade sexual proposta pelos movimentos de mulheres e gays passa ser vista como imoralidade, apresentando muita resistência para se concretizar e ainda hoje há uma certa timidez de exibir livremente seus desejos sexuais.

As mulheres apresentam multiplicidades bastante evidentes, física, emocional, social que são importantes para a construção da personalidade, em contrapartida, determinados grupos como as mulheres negras, as indígenas, as lésbicas e as mulheres trans sofrem com as desigualdades sociais bem profundas de um sistema patriarcal heteronormativo.

A célebre frase de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, serve de ideologia em todos os países do mundo. A construção identitária das mulheres é um processo contínuo que longo do tempo vem se transformado ou na verdade se adequando a realidade na qual se encontra. Pensar em sexualidade feminina torna-se ainda mais complexo e traz inquietações quando refere-se das mulheres negras devido a dicotomia provocada pelo racismo e sexismo, inviabilizando ou tratando como objeto sexual diante da sociedade que produz e reproduz práticas racistas e sexistas.

O sexismo alimenta, justifica e apoia violência do homem contra a mulher, assim como incentiva a violência entre homens. Na sociedade patriarcal, homens são incentivados a canalizar agressões frustradas contra as pessoas sem poder – mulheres e crianças. Homens brancos, da mesma forma homens negros, abusam de mulheres (HOOKS, 2020, p. 172).

Sabíamos, por experiência própria, que, como mulheres fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar umas às outras com inveja, medo e ódio. O pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras. O pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino. Ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência. (HOOKS, 2022, p. 35)

Ao apresentar dimensão particular, íntima, pessoal de cada indivíduo, a sexualidade percorreu rumos construídos de diferentes modos e sujeitos para a dimensão social definido por fatores de raça, nacionalidade, idade, religião e não mais restrito a vida adulta e a heteronormatividade. Novas transformações aconteceram, a antecipação de adolescentes à vida sexual com direito a paternidade e maternidade, a formação de nova conjuntura familiar, a união estável homoafetiva, que contribuíram para a construção das identidades.

A sexualidade não é dada naturalmente, essa concepção pendurou durante séculos, caminhando nos espaços como regra imutávelamarado na unicidade dos sujeitos, mas com as diversas transformações sociais e políticas, entende-se que é construída culturalmente. De acordo com Guacira Louro (2018, p. 12), “sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais”. Diante disso, “as possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas”, moldadas e reguladas por discursos de poder.

A construção das identidades sexuais e de gênero estão interligados como aponta a estudiosa feminista Guacira Louro (2020, p 30, grifo da autora),

Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero.

Mas é importante salientar, que são termos distintos, que não existe um momento específico para ser formado, ainda frisado por ela que “as identidades estão sempre se construindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação” (LOURO, 2018, p. 31).

As múltiplas identidades sociais permitem o sujeito transitar nas relações agregando novas narrativas de pertencimento individual e/ou coletivo, discordância interna e externa, decisões definitivas ou não na construção da sua personalidade.

O tempo molda as relações estabelecidas socialmente mediante as diversas imposições culturais, políticas, religiosas, dentre outros, classificando os sujeitos pelos comportamentos, atitudes e ações momentâneas, definindo-o por rotulações sem compreender a dinamicidade existente. “Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão definidos a partir desta referência” (LOURO, 2018, p. 18). E essa moldura começa a ser referência universal, caso não for seguida, o indivíduo é classificado como desviante.

A naturalização comportamental do corpo da mulher, controla o modo de sentar-se “não pode ficar com pernas abertas”, a sexualidade “é pecado se tocar”, a vestimenta “fica melhor com saia ou vestido, aqueles que não marca”, a fala “a mulher correta, não fala assim”, são controles “sutis” que oprime, restringe e enjaula. Enquanto isso, os homens/héteros são livres para expressar seu corpo da maneira que desejar e desde cedo são

incentivados a iniciar o contato com o corpo por meio da masturbação. Essa diferenciação não permite que corpos sejam livres para expressar sua sexualidade em sua totalidade.

Por muito tempo, a sexualidade foi banalizada por meio de práticas discriminatórias da revolução sexual, proposta por determinados grupos, entre eles, os homossexuais que foram associados a transmissores de um vírus, o HIV. Diversos meios de comunicação propagaram notícias sensacionalistas para prejudicar sua imagem, justificando essa infecção a justiça natural para aqueles seres desviantes da estrutura heteronormativa. Embora continue sendo reproduzido esses discursos, atualmente a comprovação cientificamente mostra que todos os indivíduos são afetados pela Aids, independente da orientação sexual sendo transmitido de diversas formas, mas com o desenvolvimento tecnológico alternativas de tratamento é ofertado pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

A mudança conceitual das palavras sexo, sexualidade, gênero e identidades, demonstra a instabilidade que as concepções sociais reguladoras apresentam por causas da resistência dos movimentos sociais que reivindicam uma pluralidade dos corpos e das relações e não a normatização controlada. Judith Butler, no seu livro “Problemas de gênero” (2011) questiona, provoca diversos discursos por meio de análises de variados autores buscando a compreensão por meio de críticas da construção da identidade. Sua narrativa densa, inquieta o leitor a pensar nos processos dicotômicos sociais e na regulação do corpo promovido estruturalmente por poder. Segundo a autora, ““o corpo” é em si mesmo uma construção, assim como é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero” (p. 30).

O discurso torna-se opressivo quando exige que, para falar, o sujeito falante participe dos próprios termos dessa opressão – isto é, aceite sem questionar a impossibilidade ou ininteligibilidade do sujeito falante (BUTLER, 2011, 201). Assim, “crítica feminista também deve compreender como categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (p. 20).

A feminista Lélia Gonzalez (p. 47), desperta o interesse para apagamento da mulher negra no movimento feminista em concordância com diversos autores em que “as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial”.

Nessa mesma linha, o livro de Bell Hooks (2020), “E eu não sou uma mulher?”, questiona a exclusão social desse sujeito na feminilidade, na construção de saberes e na produção de trabalho, no discurso emblemático de Sojourner em uma reunião de mulheres e homens brancos confirma a invisibilidade desse corpo,

[...] Bem, crianças, onde há muita algazarra deve ter alguma coisa que não está certa. Penso que entre as negras do Sul e as mulheres do Norte todas estão falando sobre direitos, os homens brancos logo, vão ter problemas. Mas sobre o que isso tudo aqui está falando? Que homem lá que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar pessoas sobre valas e para ter melhores lugares [...] e eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! [...] Eu lavei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na frente – e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quando qualquer homem (quando eu conseguia trabalho), e aguentar o chicote também – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ver vendida para escravidão, quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu – e eu não sou uma mulher (p. 252-253).

A defesa da igualdade para as mulheres, não é de um movimento único e sim da pluralidade de mulheres que arduamente vem enfrentando processos de opressão e silenciamento ao delimitar essas conquistas entra na mesma narrativa excludente.

Antes de tudo, o movimento feminista incentivava as mulheres a parar de nos ver e de ver o nosso corpo como propriedade do homem. Para exigir ter controle sobre nossa sexualidade, sobre métodos contraceptivos eficientes e direitos reprodutivos, o fim os estupros e dos abusos sexuais, precisávamos nos unir em solidariedade (HOOKS, 2022, p. 36).

O movimento pró-sexualidade no âmbito da teoria e da prática feministas tem efetivamente argumentado que a sexualidade sempre é construída nos termos do discurso e do poder, sendo o poder em parte entendido em termos das convenções culturais heterossexuais e fáticas (BUTLER, 2021, p. 65)

A mulher branca, a negra, a indígena, a indiana, a japonesa, a sul-africana etc., cada uma delas sofre exploração sexual, objetificação, estupro e negação de autonomia, mas a forma como isso acontece sofre nuances devido não apenas à etnia, como também à religião e classe socioeconômica (GELEDÉS, 2021).

A escravidão gerou diversos mitos a respeito da população negra, um deles refere-se ao mito da negra sexuada, promovido pelo sistema de dominação dos homens que utilizavam as escravizadas – consideradas como coisa/objeto/propriedade – para satisfazer seus desejos e necessidades sexuais com ou não permissão delas, um processo muito violento e traumatizante. A intelectual Ângela Davis (2016, p. 19), enfatiza essa ação,

“Pontuamos que dada à conveniência do seu proprietário, a negra poderia ser vista como desprovida de gênero, lasciva ou reprodutora: “quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas””.

Assim, resultou em associações negativas, libertina, imoral e provocadora de homens, algo criado que continua no imaginário social. Enquanto a mulher branca era tida como dócil e pura, a mulher negra recebia diversos estereótipos negativos como pecadora, sedutora. Além de palavras relacionadas a sexualidade “quente”, “fogosa”, “cor do pecado”, formam inseridos nos vocabulários para definir esse sujeito, retirando sua humanidade e reduzindo a um corpo permissivo.

As mulheres negras são ultrassexualizadas desde o período colonial. No imaginário coletivo brasileiro, propaga-se a imagem de que são “lascivas”, “fáceis” e “naturalmente sensuais”. Essa ideia serve, inclusive, para justificar abusos: mulheres negras são as maiores vítimas de violência sexual no país (RIBEIRO, 2019, p. 41).

Obviamente a questão não é sobre a sensualidade de determinada mulher, mas sim sobre necessidade de enquadrar mulheres negras nesse estereótipo. É importante refutar a visão colonial, que via os corpos negros como violáveis. Respeito muito o importante trabalho de passistas de escola de samba, por exemplo, que lutam para perpetuar o verdadeiro legado do samba. O nu só deveria ser problematizado quando utilizado dentro da lógica colonial. (RIBEIRO, 2019, p. 41)

Nessa perspectiva, é retirada desse corpo qualquer sinal de sexualidade, integrando-a a procriação como premissa como aponta Ângela Davis (2016, p. 20),

Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas”, assim violências materiais, simbólicas são perpetuadas discursivamente pelos tradicionais arranjos sociais, culturais e políticos.

Lélia Gonzalez (p. 47) apontava a exploração sexual da mulher negra pelas mulheres brancas de classe média, “ainda existem “senhoras” que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é que seus jovens filhos possam “se iniciar” sexualmente com elas”. Essa naturalidade de controlar o corpo, não restringe aos homens, a sociedade moldada por estrutura patriarcal internalizou nas relações que sempre irá existir um grupo dominador e outro dominado.

A ideia da necessidade sexual masculina, vem desse passado de controle sexual da sexualidade feminino, embasado por origens religiosas cristãs, destituindo a mulher de qualquer manifestação de desejos, prazeres, principalmente fora do casamento quando foge a regras chamadas de putas, vagabundas. Não há pecado na sexualidade, pode e deve ser experimentando e vivenciado em todas as nuances.

Quando Jarid Arraes afirma que “somente quando o racismo for derrubado, haverá espaço para que a mulher negra consiga ser sexualmente livre” (GELEDES, 2021), muitas questões são inseridas porque o racismo está enraizado na sociedade brasileira como sangue no corpo humano, difícil de ser extraído, ainda mais que essa sociedade foi construída a base

do sofrimento do povo africano e negro. Mas a desmistificação de discursos controladores, torna-se uma alternativa de promover a emancipação definitiva feminina, especialmente, da mulher não branca.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cruel, violenta e exterminadora, a escravidão refletiu na representação do corpo negro de forma preconceituosa e discriminatória. O racismo está tão enraizando na mentalidade do povo, emaranhado nos pequenos detalhes que são reproduzidos nas conversas de amigos, nas igrejas, nos movimentos sociais que fazem toda a diferença para a construção identitária do sujeito.

No imaginário coletivo, a história oficial contada pelos dominadores, condicionou a mulher negra a figura de submissa, lasciva e diversos estereótipos que marcam sua trajetória em qualquer espaço que queira ocupar. A mudança de virtuosa e dócil vivenciada pela mulher branca, é resultado do processo de exploração física e sexual da mulher escravizada, que carregava a maldição do pecado da sexualidade. O mito da prostituição foi um argumento utilizado para justificar a exploração sexual de homens brancos as mulheres negras retirando qualquer culpabilidade e colocando nelas rótulos negativos nocivos de luxúria, devassidão e pecado que se perpetua até hoje, mas com nomenclaturas diferentes.

Quando se trata do consumo e rejeição dos corpos das mulheres negras, as reflexões são das mais variadas formas, principalmente a tríade de exclusão e opressão que se manifesta com veemência, mulher, negra e pobre. Um banquete para a sociedade machista, racista e misógina que a todo momento interfere no desenvolvimento emocional e psicológico. E muitas vezes, essa diferença gera a desigualdade, principalmente dos corpos que não são lidos como pertencentes ao acesso de igualdade. Ser diferente, deveria ser algo positivo, pois permite uma pluralidade social e cultural ampliando nova perspectiva de um olhar por um todo e não restrito e único.

A valorização da mulher em toda sua multiplicidade impacta a estrutura sexista, retirando do imaginário social estereótipos negativos gerados pela sociedade patriarcal. A representação feminina abre espaço para a ruptura de práticas discriminatórias, excludente, assim essa releitura possibilita ocupar espaços sociais representativos e de poder, afirmando as potencialidades desse indivíduo. No caso, a mulher negra essa valorização precisa ser ainda mais profunda, modificando a forma que ela ver seu corpo e os outros também, a partir dessa perspectiva as relações podem se tornam mais sólidas e não solitárias.

Os movimentos negro e feminista, foram e são essenciais para diversas conquistas em diversos âmbitos, políticos, institucionais, empresariais da sociedade brasileira, mesmo com

suas particularidades e peculiaridades. Assim, a formação de pontes estabelecidas por eles, permite ocupar os espaços de poder para dialogar sobre as bases que contribuem para o processo de desigualdade social e racial no país. Entender que ascensão social não é o mesmo que equidade social, é um ponto de partida bem interessante porque independente do dinheiro, status social que o indivíduo apresentar, ação do racismo e sexismo reduzirá e produzirá um mero fantoche.

A literatura brasileira segue ancorada nas imagens do passado escravagista, mas o movimento intelectual, especialmente de autores negros, tem apresentado discursos libertários e inovadores que eleva grupos anteriormente oprimidos e invisibilizados a protagonizar e criar historiografias, o objeto de estudo, torna-se sujeito de produção e ação. A multiplicidade de saberes possibilita o exercício de reflexão diante das construções históricas, e conseqüentemente, amplia que novas experiências sejam inseridas na historiografia brasileira.

A desconstrução de marcas conservadoras continua sendo uma estratégia para o desenvolvimento pleno da sexualidade, pois a estrutura corpórea dos sujeitos age de forma involuntária pelo processo social educacional imposto, e não apenas ele, mas as manifestações religiosas que determina de forma disciplinar a ação praticada. Todos os avanços que temos hoje são resultado de lutas dos nossos ancestrais. Portanto, não basta a implementação de políticas públicas e desconstrução de conceitos, precisa promover a justiça social e equidade racial, integralizando sem distinção todos os indivíduos nas diversas esferas de poder. E construir redes de apoio familiar ou não, podem ajudar as mulheres negras a alcançar a construção da identidade, a ocupação de espaços sociais e a recuperação da autoestima porque ao ser amparada pelos seus, várias possibilidades antes não vista são surgem para o fortalecimento pessoal e coletivo.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão no Brasil**. Módulo 2 – História do Negro no Brasil Curso de Formação para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras(CEAO/UFBA), 2010. Disponível em:https://ceao.ufba.br/sites/ceao.ufba.br/files/livro2_historiadonegro-simples04.08.10.pdf. Acesso em: 02 de abril de 2022.
- AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira. **O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista**. Revista três [...] pontos. Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero, 2017.
- BANDEIRA, Lourdes. **Patriarcado e Violência masculina: crimes de morte como construção pública**. Texto apresentado em 2006 no 30º. Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisas em Ciências Sociais). Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt27-11/3517-lbandeirapatriarcado/file>. Acesso em 05 de julho de 2022.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. – 21ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.
- _____. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- _____. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.
- _____. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- _____. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.
- _____. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERGO, Cecília Maria B. **Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- FAHS, Ana C. Salvatti. **Movimento feminista: história no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>. Acesso em 08 de julho de 2022.
- GELEDÉS. **A sexualidade da mulher negra**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-sexualidade-da-mulher-negra/>. Acesso em 07 de julho de 2021.
- GOES, Emanuelle. **Legalização do aborto, uma luta das mulheres negras**. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/legalizacao-do-aborto-uma-luta-das-mulheres-negras/>. Acesso em 02 de julho de 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GONZALEZ, Lelia Copyright. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Editora Schwarcz S.A, 2020.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Ciências Sociais Hoje, 2, ANPOCS, Brasília, 1983, p.223-244.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 4 ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo.** Tradução Bhuvi Libiano. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução Bhuvi Libiano. 17ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

_____. **Vivendo de amor.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em 08 de julho de 2022

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra e o amor.** Jornal Maioria Falante, 17, fev-mar, 1990, p. 3.

MEDEIROS, Cecília. **Infância: precisamos falar sobre a objetificação dos corpos de meninas negras.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/infancia-precisamos-falar-sobre-a-objetificacao-dos-corpos-de-meninas-negras/>. Acesso 02 de julho de 2022.

OLIVEIRA, M. R. de L. G.; PEREIRA, A. L. **“Disputar a ‘nega’”: uma análise da expressão popular na perspectiva dos estudos de gênero, discurso, raça e classe social.** Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 60, n. 1, p. 96–104, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661761>. Acesso em: 3 jul. 2022.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia.** Campinas, SP: [s. n.], 2008.

RIBEIRO, Djamila. **Manual Antirracista.** São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2019

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra.** São Paulo: SESI-SP editora, 2015.

SENADO. **Mulheres na política: ações que buscam garantir maior participação feminina no poder.** Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica>. Acesso 01 de julho de 2022.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica** New York, Columbia University Press. 1989.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

VICENTIN, Carolina. **O mito do aborto legal**. INSTITUTO Azmina, 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/o-mito-do-aborto-legal/>. Acesso em 01 de julho de 2022.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford/Cambridge, Basil Blackwell, 1990.

WERNECK, Jurema. **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Criola, 2010.